

O protagonismo do Conselho Superior de Instrução nas Conferências Pedagógicas da Bahia

Micaela Souza dos Santos Fernandes ¹
Cíntia Borges de Almeida ²

Resumo: O objetivo deste texto é analisar o papel desempenhado pelo Conselho Superior de Instrução na coordenação das Conferências Pedagógicas, realizadas entre 1875 e 1879, e como essa atuação impactou a instrução pública na Bahia, com ênfase no professorado da época. Trata-se de uma investigação no campo da História da Educação na Bahia, com ênfase na pesquisa documental. O procedimento metodológico se respalda na análise de documentos como os Regulamentos de 1873 e 1875 e os Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino da Bahia dos presidentes provinciais. Percebe-se que a atuação do Conselho se destaca na instrução pública, especialmente em relação ao professorado da época, estabelecendo-se como um fórum de discussão focado em temas relacionados ao ensino primário. O Conselho promoveu debates entre práticas tradicionais e inovadoras, além de estabelecer-se como um espaço de articulação e de apresentação de teses produzidas pelos professores de primeiras letras.

Palavras-chave: Conselhos de Instrução; Bahia; História da Educação.

The role of the Superior Council of Instruction in the pedagogical conferences of Bahia

Abstract: The objective of this text is to analyze the Superior Council of Public Instruction in the organization of pedagogical conferences, between 1875 and 1879. It is an investigation in the field of the History of Education in Bahia, with an emphasis on documentary research. The analysis of documents such as the Regulations of 1873 and 1875 and the Reports of the Work of the Interim Council of Bahia of the provincial presidents is the basis for the research. It can be seen that the Council's performance stands out in public education, especially in relation to the teachers of the time, establishing itself as a discussion forum focused on topics related to primary education. The Council promoted debates between traditional and innovative practices, in addition to establishing itself as a space for articulation and presentation of theses produced by primary school teachers.

Keywords: Instructional Councils; Bahia; História da Educação.

El papel del Consejo Superior de Instrucción em las Conferencias Pedagógicas de Bahia

¹ Licenciada em Pedagogia e Bacharel em Direito (UESC). Discente do Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado Profissional em Educação (PPGE/UESC). Bolsista FAPESB. Integrante do Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação (GRUPPHED/UESC). ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5448-3586>, e-mail: mssfernandes.ppge@uesc.br

² Doutora em Educação (ProPEd/UERJ). Docente permanente e coordenadora do Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado Profissional em Educação (PPGE/UESC). Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação (GRUPPHED/UESC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8084-9888>, e-mail: cbalmeida@uesc.br



Resumen: El objetivo de este texto es analizar el papel desempeñado por el Consejo Superior de Instrucción en la coordinación de las Conferencias Pedagógicas, celebradas entre 1875 y 1879, y cómo ello repercutió en la educación pública de Bahía, con énfasis en los maestros de la época. Se trata de una investigación en el campo de la Historia de la Educación en Bahía, con énfasis en la investigación documental. El procedimiento metodológico se basa en el análisis de documentos como los Reglamentos de 1873 y 1875 y las Memorias de Labores del Consejo Provisional de Bahía de los presidentes provinciales. Se observa que la labor del Consejo se destacó en la enseñanza pública, especialmente en relación con los maestros de la época, estableciéndose como un foro de discusión centrado en cuestiones relacionadas con la enseñanza primaria. El Consejo promovió debates entre prácticas tradicionales e innovadoras, además de establecerse como espacio de articulación y presentación de tesis producidas por los maestros de enseñanza primaria.

Palabras-clave: Consejos de Educación; Bahia; Historia de la Educación.

1 INTRODUÇÃO

A construção de um projeto de sociedade é um processo complexo que envolve elementos políticos, sociais, econômicos, culturais, históricos e educacionais. No contexto do Estado Imperial brasileiro formado após a emancipação política em 1822, foi necessário intervir na instrução pública com foco na civilização, moralidade e preparação para o progresso nacional. Entre essas intervenções, destacou-se a criação do Conselho.

A Lei de 15 de outubro 1827 estabeleceu as primeiras diretrizes para a educação pública no Brasil e iniciou as discussões sobre políticas para a educação. Com o Ato Adicional de 1834, a responsabilidade pela instrução pública primária e secundária foi transferida para províncias, que passaram a ser encarregadas de fundar, financiar e administrar suas escolas, bem como normatizar a estrutura e o funcionamento das unidades de ensino público e privado.

A província da Bahia enfrentava grandes desafios na fiscalização das escolas do interior, com 58 escolas públicas de primeiras letras em funcionamento e a necessidade de criar 164 novas escolas. Portanto, havia uma preocupação governamental em relação a inspeção dos serviços públicos, principalmente nas escolas públicas, o que tornou necessário regulamentar, autorizar, desautorizar, punir, fomentar o funcionamento escolar (Nunes, 2018). Nesse cenário, foi criado o Conselho de Instrução Pública da Bahia, pela Lei n. 172 de 25 de maio de 1842.

De acordo com essa legislação, o Conselho seria composto por seis membros nomeados diretamente pelo presidente da província. De caráter centralizador, a legislação

não abordava critérios de escolhas nem as condições de trabalho. Historicamente, as nomeações para cargos administrativos eram influenciadas por interesses políticos, refletindo os desejos do imperador, seus representantes e da elite dirigente.

Presidida pelo Arcebispo Dom Romualdo, também conhecido como Marquês de Santa Cruz, o Conselho era responsável por regular e regulamentar o ensino público e privado, assegurando o cumprimento das leis por parte dos professores e alunos. Também realizava “inspeções nos estabelecimentos de ensino, habilitava professores para o exercício da sua profissão e determinava diretrizes sobre as matérias, métodos e composição de compêndios” (Matta, 1992, p.46).

O currículo priorizava a instrução moral e religiosa, refletindo a forte influência da ética e moral católica. Ademais, o Conselho gerenciava as comissões de inspeção nas comarcas, levantamento de materiais escolares, administração de recursos financeiros e demissão de professores que, por exemplo, alugavam suas próprias casas para salas de aulas ou se envolviam em atividades consideradas subversivas ou revolucionárias (Brasil, 1842).

Seis anos após a criação do Conselho, foi sugerido que o órgão assumisse apenas funções de normatização e deliberações urgentes, transferindo muitas de suas responsabilidades ao Diretor Geral de Estudos. Em 1860, na fala apresentada na Assembleia Legislativa por Herculano Ferreira Penna sobre o Regulamento Orgânico do Ensino Provincial de n.º 844, que reformou a Instrução Pública dissolveu o Conselho de Instrução Pública e formou uma nova estrutura: o Conselho Superior de Instrução, também chamado de Conselho Superior de Estudos (Penna, 1860).

No ano seguinte, em 10 de maio de 1861, o Conselho Superior de Instrução Pública passou a contar na composição com 12 membros. Dr. Manoel Messias de Leão, que exerceu o cargo de vice-presidente da província em 1848 a 1858, também foi presidente do Conselho Superior de Instrução Pública até janeiro de 1863, quando foi substituído pelo desembargador João Antônio de Vasconcellos, em 2 de maio de 1864. Em 1869, o Dr. Abílio César Borges assumiu a presidência, em substituição ao Desembargador Manoel Joaquim Bahia, que foi tomar assento na Câmara de Deputados na Corte.

De forma datada, ainda que não seja nosso interesse reforçar marcos históricos, em 1862, o Conselho Superior de Instrução Pública teve o seu Regimento Interno alterado. Na

sua nova composição integraram 12 membros, sendo eles:

O diretor-geral de instrução, um sacerdote de reconhecida vocação ao ensino proposto pelo Diocesano ao governo; dois deputados provinciais, dois magistrados, um vereador, quando se propuser a Câmara cumprir os parágrafos 1º a 3º do art.32; dois professores públicos, dos quais um pelo menos jubilado; um até dois professores ou diretores no ensino particular e dois inspetores gerais que servirem na capital (Nunes, 2018, p.279).

Nesse sentido, é importante destacar a permanência de homens, religiosos e pessoas não especializadas na educação, como juizes, médicos, representantes do legislativo e advogados, no entanto, houve uma mudança em relação ao ingresso de professores e representantes da iniciativa particular.

O Conselho Superior de Estudos é mencionado nos relatórios dos presidentes provinciais da Bahia com entidade normatizadora responsável pela elaboração e reforma dos estatutos (Leão, 1862). Em uma declaração de 1863, o Diretor-Geral dos Estudos solicitou a colaboração do Conselho para a criação de regulamentos para o ensino (Albuquerque, 1863).

Ainda que estejamos trazendo, em ordem cronológica, os debates político-educacionais, nossa intenção é acompanhar possíveis mudanças em torno da temática estudada. Observamos que diversas transformações ocorreram com o Conselho, desde a sua constituição, quando seu principal objetivo era a fiscalização, regulamentação, deliberação e normatização. Entretanto, devido às dificuldades apresentadas nas condições de funcionamento e apoio aos conselheiros, essa atribuição não foi exercida com efetividade, reduzindo suas atribuições.

Diante dos levantamentos documentais realizados, identificamos o ano de 1870 como o marco da composição do Conselho, passando por uma nova reestruturação, com apenas oito membros: “o Diretor Geral de Instrução Pública (presidente do Conselho), um juiz de direito da capital, dois professores do Liceu, o chefe do Externato Normal, um sacerdote e dois diretores das escolas particulares” (Nunes, 2018, p.282). Quanto ao funcionamento, o Conselho deveria reunir-se mensalmente, para continuar julgar processos disciplinares dos professores. Aqueles conselheiros que faltassem sem justificativa seriam multados.

A escolha do juiz da comarca como autoridade pública e agente de controle social

visava não apenas garantir a aplicação da justiça e da lei, mas também supervisionar comportamentos. Esses representantes eram "letrados, capazes de observar, relatar e produzir escritos" que, ao mesmo tempo que informavam, demarcavam o local, o tempo e o espaço da escolarização (Sousa, 2006). Assim, a produção dos relatórios sugere uma estratégia de cooperação para aumentar a influência do Estado na organização da instrução pública. Foucault (2011) argumenta que a escrita é uma ferramenta através da qual o poder é exercido sobre os corpos e as práticas sociais.

A nova reforma no ensino na Bahia, realizada por ato de 27 de setembro de 1873, conhecida como "Regulamento Freire de Carvalho", em homenagem a José Eduardo Freire de Carvalho, vice-presidente, alterou a composição do Conselho Superior de Estudos. O Conselho passou a ser composto pelo Diretor Geral de Instrução Pública (presidente), o Diretor do Liceu, o Diretor da Escola Normal, um professor do ensino particular ou o diretor de uma escola particular, um inspetor geral de aulas, dois membros que não pertencessem ao magistério e dois professores do Liceu.

É importante observar uma mudança significativa no perfil dos conselheiros nomeados. A maioria das vagas foi ocupada por membros das áreas religiosa, legislativa, juízes e profissionais formados em Direito e Medicina. Há uma predominância dos integrantes da área do ensino e pela primeira vez, houve representatividade social, mesmo que esses membros continuassem sendo escolhidos pelo presidente provincial.

Segundo Carvalho (1873) a reforma do Conselho elevou a sua importância, tornando-o essencial para a instrução da província. Nas condições atuais, o Conselho pouco poderia contribuir, mas, sendo um trabalho voluntário, o governo deveria recompensá-lo, justamente, considerando que a instrução pública representa o progresso do país. Conforme Almeida (2018), a utilização da palavra "progresso" era enfatizada no projeto civilizatório do Império, promovida e valorizada, abrangendo não apenas avanços materiais ou tecnológicos, mas também diversas áreas da vida social e cultural, refletindo o entendimento de um movimento em direção a uma sociedade mais civilizada.

As atribuições do Conselho Superior de Instrução foram ampliadas, incluindo uma série de responsabilidades importantes na gestão da instrução pública provincial. Essas atribuições incluíam:

- § 1.º O exame e a adopção dos melhores methodos e systemas práticos de ensino.
§ 2.º A escolha dos compêndios, livros ou traslados; corrigi-los ou mandar corrigi-los.
§ 3.º O systema e matéria dos exames e concursos das escolas primarias ou normaes, e os respectivos programas.
§ 4.º Julgar as infracções disciplinares, a que seja imposta pena maior que a de admoestação, repreensão ou multa até 40\$000.
§ 5.º Em geral, será o conselho superior de instrução ouvido sobre todos os assumptos literários, que interessem á instrucção publica provincial, cujos melhoramentos e progressos deverá promover, auxiliando o director geral (Carvalho, 1873. p.37).

Essas atribuições demonstram o papel central do Conselho na gestão e aprimoramento da educação na província, buscando a modernização e a eficácia do ensino. Em 1874, com o falecimento do Diretor-Geral Dr. João Victor de Carvalho, José Eduardo Freire de Carvalho — responsável pela reforma educacional de 1873 — assumiu a função de Diretor-Geral e a presidência do Conselho Superior de Instrução. Ele ocupou esses cargos até 1878. Durante esse período, Freire de Carvalho defendia que a instrução pública tinha a missão de difundir o ensino primário, com o objetivo de promover o progresso moral e civilizador da sociedade.

A Lei nº 1.561, de 28 de junho de 1875, introduziu mudanças na reforma do ensino, reafirmando as atribuições do Conselho e estabelecendo sua responsabilidade pela organização e realização das conferências pedagógicas, desde o planejamento até a execução dos eventos. Nesse contexto, as Conferências Pedagógicas foram concebidas para ocorrer anualmente, visando discutir a organização e a estrutura do ensino nas diversas áreas da instrução pública.

Com base no exposto, o objetivo geral deste estudo é analisar o papel desempenhado pelo Conselho Superior de Instrução na coordenação das Conferências Pedagógicas, realizadas entre 1875 e 1879, e como essa atuação impactou a instrução pública na Bahia, com ênfase no professorado da época. A partir desse objetivo principal, surgem desdobramentos específicos a serem considerados. 1) Observa os impactos que as conferências tiveram sobre o professorado da época; 2) Explora a trajetória histórica da criação do Conselho de Instrução, suas contribuições para a prática docente; 3) Avaliar o desenvolvimento de métodos de ensino e a implementação de práticas educativas de acordo com as propostas elencadas pelas Conferências e; 4) Apresentar a intencionalidade dos documentos e a influência do Estado nos debates pedagógicos.

As Conferências Pedagógicas realizadas no Liceu, em Salvador, durante o Império, tinham como objetivo reunir professores para repensar o ensino primário. A problematização reside na análise de como o Conselho se destacou em um contexto de inovação educacional, visto que a realização dessas Conferências representou um marco inédito na organização do ensino primário na Bahia, uma prática que não havia sido implementada anteriormente.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa insere-se nas investigações relacionadas ao campo da História da Educação na Bahia. Trata-se de uma pesquisa documental, na perspectiva histórica, com análise de obras, artigos e documentos já sistematizados e publicados, também utilizando documentos que ainda não receberam um “tratamento científico” (Oliveira, 2012, p. 59). De acordo com Marli André (2013, p. 97) a análise documental “possibilita a investigação do fenômeno considerando suas múltiplas dimensões”, a partir de uma “análise situada e em profundidade”.

Para tanto, realizamos um estudo teórico do tipo análise documental, com os seguintes procedimentos: a) identificação de documentos extraídos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; b) leitura e análise dos documentos no contexto do panorama histórico dos Conselhos na Província da Bahia. Os dados levantados neste texto incluem os relatórios da Diretoria Geral da Instrução Pública da Bahia dos anos de 1876 e 1877, que fornecem um panorama detalhado das ações e decisões da Diretoria durante o período, especialmente no que diz respeito à implementação das Conferências Pedagógicas e ao papel do Conselho.

Os Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino da Bahia oferecem um registro das decisões sobre o ensino e do funcionamento do Conselho Superior de Estudos. Além disso, a Lei de criação do Conselho de Instrução Pública n.º 172 de 1842 delinea suas funções e responsabilidades iniciais, enquanto os regulamentos de 27 de setembro de 1873 e de 28 de junho de 1875 detalham as reformas educacionais da época, incluindo as mudanças nas atribuições do Conselho e a organização das conferências pedagógicas. Também foi utilizado o jornal Correio da Bahia, veículo de comunicação local, que relata eventos e debates educacionais do período.

Compreendemos ser de fundamental relevância a análise de documentos produzidos em espaços de fomentação política e organização dos debates pedagógicos. Nesse sentido, à luz da História da Educação a partir dos registros expressos pelos governantes, (Filho, 1998) mostra que os relatórios de Presidentes das Províncias eram expressões da legislação em vigor, e serviam como indicativo se uma lei estava sendo ou não cumprida. Logo, nos discursos que envolviam a questão educacional estavam presentes as concepções de escola, de instrução pública e de um ideal a ser realizado.

Almeida (2012) assegura que os relatórios oficiais são fontes documentais primárias de pesquisa necessárias de serem consultadas para os estudos no campo da historiografia educacional, cabendo o cuidado durante o seu exame, “pois não são neutros, mas carregados de intencionalidades e de estratégias produzidas por grupos sociais que ocupam espaços de poder em um determinado contexto” (Almeida, 2012, p.44). Eles refletem a perspectiva do Estado e das partes envolvidas no governo que os produzem.

Diante do diálogo traçado como os autores mencionados, nos debruçamos dos documentos citados para buscar vestígios "oficiais" do contexto político-educacional, contudo compreendendo os relatórios como uma construção histórica, factual marcada por estratégias e seleção daquilo que se desejava publicizar em prol da representação de uma sociedade organizada e em processo de desenvolvimento via a cultura letrada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A primeira Conferência Pedagógica: “novas” práticas?

Em 12 de dezembro de 1875, ocorreu a primeira edição das Conferências Pedagógicas na Bahia, orientadas pelo Conselho Superior de Instrução Pública Estiveram presentes os membros do Conselho, incluindo além do presidente Dr. José Eduardo Freire de Carvalho, Dr. Luiz Alvares dos Santos, Dr. José Olympio de Azevedo, Dr. Americo de Souza Gomes, professor Joaquim José de Palma e professor José Maria da Fonseca. Aproximadamente vinte e oito professores e professoras públicos, além dos professores e diretores de estabelecimentos privados de ensino, compareceram, conforme ata anexada nos Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino da Bahia. O evento aconteceu no Liceu Provincial, e, nessa ocasião o professor primário negro Elias Nazareth foi nomeado

secretário pelo Conselho Superior de Estudos (Carvalho, 1876). Logo após, ele se tornou membro do Conselho.

Figura 1 – Professor Elias Nazareth



Fonte: MONTEIRO, Cândida Pereira dos Santos et al. Modos de fazer na escola primária: presença e influência da Escola Normal e de suas escolas anexas: catálogos de fontes documentais 1854/2006. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 27.

As conferências, presididas pelo Diretor-Geral que também era Presidente do Conselho, durariam três dias, com sessões diárias de três a quatro horas, com início previsto para às 10 horas da manhã. O último dia seria destinado à organização do programa das matérias a serem tratadas na próxima conferência.

O programa apresentado pelo Conselho, em forma de sete pontos ou teses para discussão na primeira conferência pedagógica, ilustra as preocupações em torno da instrução pública primária no período, a partir do qual iniciaremos nossa análise. Vejamos:

- 1º - Qual a melhor distribuição das materias do ensino primario, tendo-se em vista o tempo de cada sessão escholar? Será mais proveitoso o ensino dado em uma sessão diaria começando ás 8 horas da manhan, terminando ás 2 da tarde?
- 2º - Em quantos annos pode se considerar completo o ensino primario? Determinado o prazo do curso escholar, será conveniente dividir as classes dos alumnos por cada anno?
- 3º - Dos systemas até aqui adoptados para os exercicios calligraphicos, qual o preferivel para as escholas publicas?
- 4º - Escholas mixtas.

- 5° - Qual o methodo melhor para o ensino da geographia elementar?
6° - A instrucção obrigatoria nas eschololas desta provincia pode ser proficua como tem sido nas eschololas europeas, e nas de alguns estados da America? Affirmando, quaes as vantagens? Negando, em que pode ser ella prejudicial?
7° - Podemos assegurar que, dentre os methodos de ensino, seja o simultaneo o methodo por excellencia admittido em todas as eschololas; e que só com elle pode o mestre tirar todo o proveito possivel para seus alumnos? (Carvalho, 1876. p.12).

É relevante observar a discussão sobre o tempo escolar e a duração do ensino primário. A preocupação com a eficiência das horas das crianças que passavam na escola, assim como a organização curricular, revela uma tentativa de controlar e reorganizar o espaço e o tempo para professores e alunos, alinhando as ações dos docentes aos interesses do Estado. Além disso, eram recorrentes as denúncias e críticas sobre a precariedade das casas alugadas onde ocorriam aulas públicas. O Conselho declarou que realizaria visitas periódicas de inspeção nas escolas para verificar a aplicação do ensino no método mútuo e o cumprimento do tempo escolar.

Conforme Filho e Vidal (2000), até então, a escola se adaptava à vida das pessoas. Era necessário, mais do que criar um espaço educacional, era preciso estabelecer referências de tempo e ritmo escolares. Isso indica uma forma de padronizar o tempo de aprendizado e desenvolver gradualmente as competências ao longo dos anos, algo que ainda estava em debate na época.

Ao prosseguir com as análises e percepções, o terceiro ponto a trata dos sistemas tradicionais para os exercícios de caligrafia, refletiam uma concepção de educação voltada para a disciplina e o rigor formal. No currículo da instrução primária, ensinava-se inicialmente a ler, escrever e realizar as quatro operações aritméticas. No segundo ciclo, o foco permanecia na leitura, escrita, aritmética até as proporções e noções gerais de deveres morais e religiosos. A caligrafia era vista como essencial para a formação dos alunos, tanto em termos técnicos quanto morais, uma vez que o domínio da escrita correta era considerado um indicador de disciplina e dedicação.

Outro tema abordado foi a introdução de escolas mistas, um debate inovador para a época. No início do Império, meninos a partir de seis anos e meninas a partir de sete eram obrigados a frequentar a escola elementar, que não era mista e tinha um caráter religioso, com duração de quatro anos. No entanto, ao final do Império, algumas escolas públicas já possuíam turmas mistas, embora em menor número. A proposta de ensino conjunto de

meninos e meninas rompia com as práticas tradicionais de segregação de gênero na educação, ainda que a ideia fosse controversa no período, especialmente para a Igreja Católica.

Um avanço metodológico foi a discussão sobre o método de ensino e os livros didáticos utilizados nas aulas de Geografia no ensino primário, sinalizando a superação de um modelo escolar tradicional. É interessante perceber que os manuais literários amplamente debatidos nas Conferências Pedagógicas, refletindo a preocupação do Estado com a atuação do Conselho na escolha das cartilhas, catecismos, manuais de caligrafia e compêndios.

Os livros distribuídos pelas escolas públicas tem sido aprovados pelo Conselho Superior de Instrução Pública”. Dentre os mais utilizados, eram: Grammatica de Manoel Florencio, Systema Métrico de Manoel Florencio, 2º Livro de Leitura de Manoel Jesuino, Bom Homem de Ricardo e Taboadas (Carvalho, 1876, p.12).

Enfatizamos, ainda, a “presença do Estado” representada pelo Conselho e do Diretor Geral, cuja influência e vigilância se manifestavam de diversas maneiras, assegurando a conformidade e o alinhamento com os princípios estabelecidos. Isso incluía o controle do conteúdo transmitido, a seleção dos materiais educacionais e nos “currículos e saberes, com ênfase na formação moral, cívica e religiosa” (Almeida, 2018, p. 86), priorizadas nas instituições educacionais da época. Nesse contexto, Roger Chartier (2002, p. 165) afirma que o poder e a dominação estão sempre presentes nas representações, uma vez que não existe discurso neutro. Em suas palavras:

Representar é, pois, fazer conhecer as coisas mediante ‘pela pintura de um objeto’, ‘pelas palavras e gestos’, ‘por algumas figuras, por marcas’ como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias. Representar no sentido jurídico e político é também ‘manter o lugar de alguém, ter em mãos sua autoridade’.

Os estudos do autor sobre o conceito de “representação” são amplamente referenciados nos trabalhos da História da Educação. Chartier postula que a história cultural tem em vista mostrar como “em diferentes lugares e momento uma determinada realidade social é construída” (Chartier, 2002, p.16). Nesse sentido, o pesquisador deve identificar e analisar essas representações discursivas e suas intencionalidades com uma leitura crítica.

Vejamos que os discursos travados sobre a obrigatoriedade da instrução pública refletem uma concepção progressista de educação, e a comparação com experiências europeias e americanas revela o desejo de inserir o Brasil no cenário educacional mais

avançado da época. Ao mesmo tempo, discutiam-se as possíveis desvantagens como as despesas nos cofres públicos e interferência na liberdade das famílias, indicando resistências à universalização da educação. Essas posições conflitantes estavam relacionadas aos interesses das classes políticas.

Há ainda que se mencionar, a defesa do método simultâneo como o mais eficaz, sugerindo uma concepção pedagógica que valoriza o ensino em grupos, com todos os alunos aprendendo a mesma matéria ao mesmo tempo, em contraposição a métodos mais individualizados. Observa-se a influência de modelos europeus ocidentais e norte-americanos, adaptados ao ritmo do capitalismo. Brandão (2012) afirma que a instrução simultânea culminaria, mais tarde, na educação em classes individualizadas, como conhecemos hoje.

Ao estudar as práticas e representações dos conselheiros, é importante considerar estarem subordinados aos interesses do governo, sem autonomia e sujeitos a interferências políticas. Assim, as políticas educacionais — que incluíam métodos de ensino, material didático, escolas mistas, ensino primário, escola normal, gratuidade e obrigatoriedade do ensino, entre outros temas — faziam parte de um projeto alinhado ao desenvolvimento de uma sociedade capitalista, conforme o modelo europeu de civilização.

3.2 Formação dos docentes baianos: um campo de disputas

Ao observar a ata anexa no relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública da Bahia, destacamos a participação dos professores nas conferências e a apresentação de teses, organizadas pelo Conselho. Analisaremos o envolvimento dos docentes nas decisões pedagógicas e na organização da instrução pública, além da influência dessas discussões em suas práticas.

A leitura dos relatórios evidencia que o Conselho, como “fórum pedagógico”, desempenhava papel privilegiado nesse evento histórico voltado à formação de professores. Ele coordenava os processos de construção e regulava a realização das Conferências, elaborava os temas, mediava as reuniões, participava dos encontros com os professores, ouvi-os e, posteriormente, deliberava sobre as propostas apresentadas em sessões plenárias, transformando em “atos de autoridade educacional” (Matta, 1992, p. 48). Após isso, seria o Conselho responsável pelo monitoramento e acompanhamento das ações.

Importante destacar que os professores foram incentivados a ler e discutir trabalhos produzidos por eles mesmos. A primeira tese apresentada defendia a obrigatoriedade do ensino e aulas para adultos, com base na Constituição Imperial de 1824, embasada nas ideias do francês Cousin e em experiências de países europeus e dos Estados Unidos. Argumentavam-se que não deveria haver impedimento ao acesso gratuito à educação para as crianças pobres, negras ou escravizadas. Posta em votação, 21 professores decidiram a favor da obrigatoriedade do ensino, contra 7 que se opuseram. Embora fosse vista como progresso, a discussão continuou, especialmente quanto à sua viabilidade, como evidenciado pelo presidente da Província, Luiz Antônio da Silva Nunes, que, em seus relatórios e falas de 1876, se opôs à decisão do professorado, Conselho e Diretor Geral. Segundo Vinagre e Brito (2018) a obrigatoriedade escolar só foi instituída na Bahia em 1890.

Outros diálogos entre o Conselho e os professores abordaram o método de ensino mais adequado. O método misto ou eclético foi considerado o mais eficiente, embasado por teóricos da época, como Portella, Castilho, Julieu e Dumouchel. As alocações dos conferencistas demonstraram o domínio da literatura vigente, composta principalmente por autores europeus e norte-americanos. Acreditamos, que apesar da tentativa de organizar as ideias pedagógicas, havia uma carência de autenticidade na construção de uma identidade educacional brasileira.

O Conselho supervisionava o processo formativo da classe docente baiana, moldando essa atuação, ora incentivando, ora limitando determinadas práticas de ensino. Ao coordenar os encontros, o Conselho estabelecia a agenda de discussões, selecionava os temas a serem abordados e mediava os debates entre diferentes correntes de pensamento. Assim, as conferências pedagógicas serviam não apenas como espaço de sociabilidade e aprendizado, mas também como espaço de disputas político-intelectuais.

3.3 A segunda e terceira conferência pedagógica

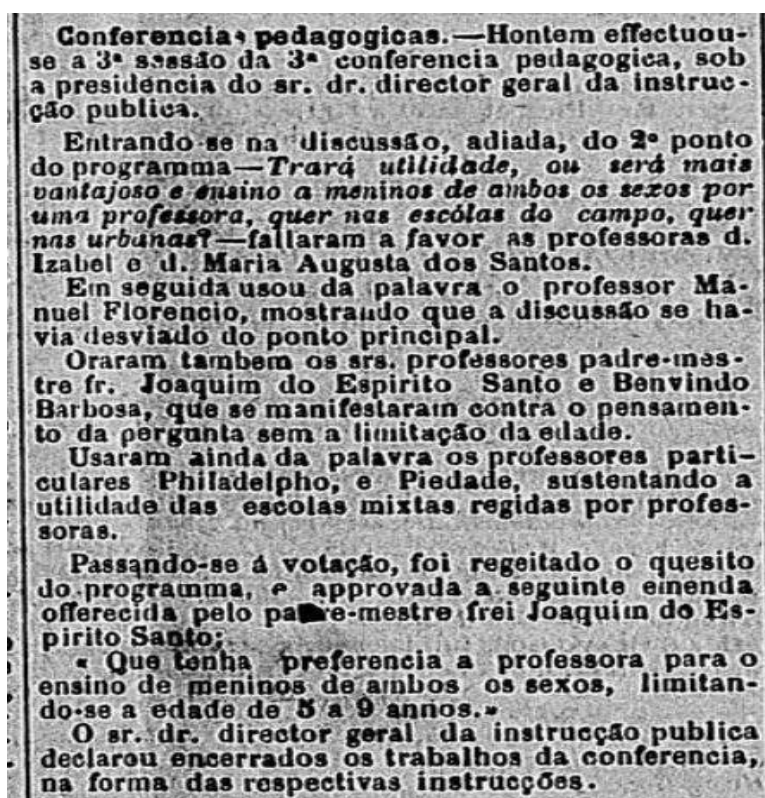
Apesar da relevância atribuída ao evento, há poucos registros sobre as conferências realizadas em 1877, 1878 e 1879. A segunda conferência, realizada em julho de 1876, contou com a participação e orientação do Conselho, responsável pela supervisão do sistema educacional da época. O diretor-geral e presidente do Conselho afirmou: "Contínuo a nutrir as mais lisonjeiras esperanças de que essas conferências muito concorrerão para o progresso e



prosperidade da instrução e educação popular" (Carvalho, 1876, p. 14). Havia a crença de que, via a instituição escolar, seria possível alcançar os objetivos sociais e políticos, como a “civilização, disciplina, ordem e direcionamento da população”, logo era necessária e deveria ser levado as “luzes” a todos (Almeida, 2018, p. 53).

Seguindo com a investigação, a imprensa, por meio do jornal Correio da Bahia (1877) relatou a terceira sessão da Conferência pedagógica, que discutiu o ensino primário de alunos de ambos os sexos por uma professora.

Figura 2 – Anúncio da Conferência Pedagógica em 1877



Fonte: Correio da Bahia, nº 85, 1877, p. 1

O programa apresentado na terceira conferência abordava em seu segundo ponto a inserção de professoras em classes mistas. Com o aumento da presença feminina na docência do ensino primário, surgiram debates que questionavam as ideias positivistas e as crenças religiosas sobre a educação feminina, fundamentadas no sistema patriarcal, buscando maior

autonomia e liberdade na atuação das professoras. Essa reorganização não ocorreu de forma pacífica e automática, sendo influenciada por fatores econômicos, culturais, ideológicos e políticos.

Há que se mencionar, que as Conferências não serviam apenas para debates, mas também como espaços de consulta aos professores, por exemplo, o Diretor Geral solicitou que o Conselho adiasse a decisão sobre a criação das caixas escolares para ouvir os docentes na conferência seguinte. Esse processo de participação democrática permitiu a realização de discussões pedagógicas conjuntas.

Na última Conferência de 1879, o Conselho apresentou um programa com debates sobre a cartilha maternal, a uniformidade dos compêndios, a fundação de caixas escolares, a eficiência dos exames finais dos alunos, a adoção da biblioteca escolar e a substituição de alguns livros oficiais mais práticos a vida dos alunos, especialmente em temas relacionados à agricultura (Matta, 1992).

Explorando a questão dos livros de agricultura, é importante ressaltar que as elites especialmente agrárias, estavam preocupadas com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre com a chegada da abolição. Sousa (2006) argumenta que a educação visava formar trabalhadores disciplinados, com habilidades básicas para um ofício, garantindo sua utilidade para a nação.

Incitamos que o papel do Conselho Superior de Instrução foi crucial nesse contexto, ao emitir diretrizes fundamentadas nas diferentes concepções de escolarização e sociedade defendidas por seus diretores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam que o Conselho assumiu o planejamento e coordenação das Conferências Pedagógicas, configurando-se como um fórum de discussão sobre temas relacionados ao ensino primário com embates entre práticas tradicionais e práticas inovadoras. Além disso, proporcionou um espaço motivador para a produção das teses produzidas pelos professores do ensino primário.

Podemos considerar as Conferências como um valioso registro de uma

“modernização” intelectual que agitou as questões educacionais. É importante problematizar que esse movimento de circulação de ideias e posturas, impulsionado pela participação e orientação do Conselho, promovia um entusiasmo nacionalista de progresso na instrução pública. Era necessário construir uma sociedade harmônica, hierarquizada, centralizada e ordeira, sinônimo de civilidade, dessa forma uma uniformidade na organização pedagógica no ensino primário.

Por outro lado, é interessante destacar que o Conselho promoveu uma experiência formativa de reflexão, de estudo e fundamentação teórica, onde os professores apresentaram as suas dissertações em forma de teses, instruindo-se mutuamente. Concluindo, ainda que preliminarmente, entendemos que o Conselho Superior de Estudos buscou discutir a questão da educação escolar baiana, de forma mais ampla, podendo ser reconhecido como um espaço político-educacional necessário para se debater o processo de organização do ensino na Bahia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antônio Coelho de Sá. **Fala apresentada à Assembleia Legislativa em 01 de março de 1863**. Bahia. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/130605/3853>>. Acesso em: 18 de mar. 2024.

ALMEIDA, Cíntia Borges de. **Entre a Tiramnyia Cruel E a Pedra Fundamental: A Obrigatoriedade Do Ensino Primário Como Uma Técnica De Governo De Minas Gerais**. 2012.

ALMEIDA, Cíntia Borges de. **Um paíz de poucas letras?** Experiências de educabilidade, instrução obrigatória e analfabetismo na Cidade Maravilhosa (1900-1922). 2018. 369 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.


ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação. In: **Revista da FAAEBA: Educação e Contemporaneidade**, p. 95-103, 2013.

BRASIL. **Lei de Criação do Conselho de Educação da Bahia**, nº172 de 25 de maio de 1842. Disponível em: <http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>. Acesso em: 19 de janeiro de 2024.

BRANDÃO, Verônica de Jesus. **Práticas curriculares nas escolas públicas primárias: estudo das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas em Salvador (1913-1915)** /

Cadernos GPOSSHE On-line, Fortaleza, v. 8, n. 2, 2024

<https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE>

 DOI: [10.33241/cadernosdogposshe.v8i2.14426](https://doi.org/10.33241/cadernosdogposshe.v8i2.14426)

ISSN: 2595-7880 e-ISSN: 2595-7880

e-mail: contato@gposshe.com

Licença: Creative Commons – Atribuição não comercial 4.0 internacional



Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2012. 117f.

BRITO, G. M.; VINAGRE, S. Discussões sobre a implantação da obrigatoriedade da educação escolar na Bahia nos jornais “O correio da Bahia” e “O monitor” de 1876 a 1881. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, p. e029, 1 out. 2018.

CARVALHO, José Eduardo Freire de. **Fala apresentada à Assembleia Legislativa em 22 de outubro de 1873**. Bahia. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/130605/7571>. Acesso em: 22 maio de 2024.

CARVALHO, José Eduardo Freire de. **Relatório do Diretor Geral de Instrução Primária apresentada à Assembleia Legislativa em 29 de fevereiro de 1876**. Bahia. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/130605/8598>. Acesso em: 15 maio de 2024.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

CORREIO DA BAHIA: **O Correio da Bahia é propriedade de uma Associação (BA) -. 08 de julho de 1877**. N.85. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/303488/801>. Acesso em: 05 agost. 2024.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação**. In FARIA FILHO, Luciano M. Educação, modernidade e civilização. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19–34, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/rjhxvFpJQ97LDYVJxkXybbD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 9. ed. Trad. Lúcia Vassalo. Petrópolis: Vozes, 2001.

MATTA, Raymundo. O conselho de Educação como fórum pedagógico da província da Bahia. In: **Revista da Academia Baiana de Educação**. v. 1, n. 2, setembro de 1992.

MONTEIRO, Cândida Pereira dos Santos et al. **Modos de fazer na escola primária: presença e influência da Escola Normal e de suas escolas anexas: catálogos de fontes documentais 1854/2006**. Organizadoras. Salvador: EDUFBA, 2018. 362 p.

NUNES, Antonieta d’Aguiar. **História da Bahia Monárquica**. Simões Filho, BA: Kalango, 2018.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2012.

PENNA, Herculano Ferreira. **Fala apresentada à Assembleia Legislativa em 10 de abril de 1860**. Bahia. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/130605/2770>. Acesso em: 17 abr. de 2024.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. **Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890** / Ione Celeste Jesus de Sousa. – São Paulo, 2006.

Recebido em: 24/3/2024.

Aceito em: 6/11/2024.

Publicado online em: 24/3/2025.